

Texto para Discussão

Fundação João Pinheiro

**Homicídios de jovens em Minas Gerais:
padrões inter- e intrarregionais**

**Célia Mara Ladeia Colen
Letícia Godinho**



Belo Horizonte, outubro de 2016

TEXTO PARA DISCUSSÃO 1

**Homicídios de jovens em Minas Gerais:
padrões inter- e intrarregionais¹**

**Célia Mara Ladeia Colen²
Letícia Godinho³**

**Belo Horizonte
Setembro 2016**

¹ Pesquisa financiada pela Fapemig – Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais, por meio do Programa de Capacitação de Recursos Humanos (PCRH) – Edital 2015 (bolsa de pesquisador visitante).

² Pesquisadora visitante na Fundação João Pinheiro

³ Pesquisadora da Fundação João Pinheiro

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
GOVERNADOR
Fernando Damata Pimentel
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E
GESTÃO
SECRETÁRIO
Helvécio Miranda Magalhães Júnior
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Presidente
Roberto do Nascimento Rodrigues
Centro de Estatística e Informações
Diretor
Leonardo Barbosa de Moraes
Centro de Estudos de Políticas Públicas Paulo Camilo
de Oliveira Penna
Diretora
Ana Paula Salej Gomes
Centro de Pesquisas Aplicadas Maria Aparecida
Arruda
Diretora
Elisa Maria Pinto da Rocha
Escola de Governo Professor Paulo Neves de
Carvalho
Diretora
Letícia Godinho de Souza
Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças
Diretora
Josiane Vidal Vimieiro
Assessoria de Comunicação Social
Assessora-chefe
Olívia Bittencourt

FICHA TÉCNICA

Coordenação:

Elisa Maria Pinto Rocha
Mauro Araújo Câmara
Raphaella Aragão Vieira

Preparação de originais:

Ana Paula da Silva
Marília Andrade Ayres Frade

Capa:

Bárbara Andrade

TEXTO PARA DISCUSSÃO

São textos que visam divulgar trabalhos preliminares desenvolvidos pela FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). Possuem o objetivo de compartilhar ideias e obter comentários, críticas e sugestões.

A FJP não possui os direitos autorais dos textos, que permanecem sendo propriedade e refletindo exclusivamente a opinião dos autores.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Alameda das Acáias, 70 – Bairro São Luiz – Pampulha
Belo Horizonte – Minas Gerais
CEP 31275.150
Telefones: (31) 3448-9580 e 3448-9561
www.fjp.mg.gov.br - e-mail: comunicacao@fjp.mg.gov.br

F981h Fundação João Pinheiro. Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho
Homicídios de jovens em Minas Gerais: padrões inter- e
intrarregionais / Fundação João Pinheiro. Escola de Governo Paulo
Neves de Carvalho; elaborado por Célia Mara Ladeia Colen e Letícia
Godinho. – Belo Horizonte, 2016.
30 p. : il. (Texto para discussão. Fundação João Pinheiro, n. 1)

1. Homicídios – Minas Gerais. 2. Vitimização juvenil – Minas Gerais.
I. Colen, Célia Mara Ladeia. II. Godinho, Letícia. III. Título.

CDU 343.61(815.1)

SUMÁRIO

1	Introdução.....	5
2	Metodologia.....	11
3	Resultados.....	13
3.1	Crianças e jovens do sexo masculino, por faixa etária e território	13
3.2	Os maiores aumentos, por porte de município	19
3.3	Os segmentos mais vulneráveis, por raça / cor	21
4	Conclusões.....	27

RESUMO

O presente texto aborda o tema da violência letal intencional no estado de Minas Gerais, considerando-se suas diferenças regionais e a relação com o tamanho dos municípios. Nesse sentido, explora-se a tese da interiorização dos homicídios no Brasil (CERQUEIRA *et al.*, 2013; WAISELFISZ, 2015; ANDRADE; DINIZ, 2013), segundo a qual o ritmo de crescimento das taxas de homicídios no interior dos estados seria maior que o dos polos dinâmicos anteriores (capitais e regiões metropolitanas). Assim, são analisados os distintos padrões que podem ser observados em Minas Gerais, não apenas entre os territórios de desenvolvimento, mas considerando-se também os diferentes portes de município. Seu cruzamento com as dimensões de faixa etária e raça aponta para dinâmicas específicas para determinados grupos populacionais. Indica, portanto, não apenas a necessidade de se pensar políticas focalizadas em regiões específicas e variadas segundo o tamanho dos municípios dentro dos territórios, mas também que considerem padrões de vitimização de diferentes grupos populacionais para se chegar a reduzir e prevenir a violência letal intencional.

Palavras-chave: Homicídios – Minas Gerais. Vitimização juvenil – Minas Gerais.

1 INTRODUÇÃO

O presente texto aborda o tema da violência letal intencional no estado de Minas Gerais, considerando-se suas diferenças regionais e a relação com o tamanho dos municípios. Explora-se, em específico, a tese da interiorização dos homicídios no Brasil (CERQUEIRA *et al.*, 2013; WAISELFISZ, 2015; ANDRADE, DINIZ, 2013), segundo a qual o ritmo de crescimento das taxas de homicídios no interior dos estados seria maior que o dos polos dinâmicos anteriores (capitais e regiões metropolitanas).

Assim, o objetivo geral do trabalho é analisar os distintos padrões que podem ser observados em Minas Gerais, não apenas entre os territórios de desenvolvimento, mas considerando-se também os diferentes portes de município. Seu cruzamento com as dimensões de faixa etária e raça aponta para dinâmicas específicas para determinados grupos populacionais.

Os dados foram estimados considerando os grupos nos quais a incidência de homicídios é mais alta: adolescentes e jovens do sexo masculino. A maioria dos estudos sobre o aumento da violência indica esse grupo como o que mais cresce nos níveis de mortalidade. Estudos como o Mapa da Violência, no entanto, restringem o cálculo das taxas do conjunto da população aos municípios acima de 20.000 habitantes; e das taxas de homicídios entre os jovens, aos municípios com mais de 10.000 jovens. Para estados como Minas Gerais, por exemplo, o Mapa da Violência de 2013 (WAISELFISZ, 2015) apresentou taxas de mortalidade entre os jovens entre os anos 2009 e 2011 de apenas 63 dos 853 municípios mineiros. Por isso é importante verificar como se distribuem os homicídios nesse grupo, em que se concentram os aumentos do número de vítimas de homicídios, variando segundo os portes dos municípios e nos diferentes territórios de administração do Estado.

Um dos principais estudos sobre o fenômeno da interiorização dos homicídios, ou seja, a tese de sua maior difusão para os municípios do interior foi desenvolvida por Waiselfisz no Mapa da Violência 2010 e 2013 (WAISELFISZ, 2012, 2015). Como destacam Andrade e Diniz (2013), o esforço merece destaque pela raridade de textos comparativos sobre a distribuição dos homicídios nos níveis municipais. A partir dessas análises, o autor passou a defender a “tese da interiorização”, identificada pela primeira vez em estudo divulgado em 2004, em que se analisava a distribuição dos homicídios entre 1993 e 2002. Segundo Waiselfisz (2013), esse estudo indicou que havia ocorrido um deslocamento do polo dinâmico da violência das grandes capitais e das regiões metropolitanas para o interior dos Estados; o ritmo de crescimento das taxas de homicídios no interior seria maior do que o desses polos dinâmicos anteriores.

No Mapa da Violência 2010 (WAISELFISZ, 2012), o autor corrobora pela primeira vez a tese de que o ritmo de crescimento dos homicídios teria sido maior nos municípios do interior (ou seja, naqueles municípios que não são nem capital nem fazem parte de regiões metropolitanas tradicionais). Evidência do fenômeno seria a diminuição da participação das Regiões Metropolitanas nos homicídios totais, de 58,6% para 45% entre 1997 e 2007 – logo, uma diferença de 13,6%, enquanto no interior teria havido um aumento de 37% dos homicídios no mesmo período.

Andrade e Diniz (2013) ponderam a força da tese da interiorização, destacando que o fenômeno observado para o Brasil seria devido à acentuada redução das taxas na Região Metropolitana de São Paulo e, em menor medida, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Os autores defendem que teria havido uma redistribuição espacial das taxas de homicídios, com diminuição em algumas Regiões Metropolitanas (RM) e aumento em outras. Destacam, ainda, que a maior concentração dos homicídios continuou se dando nos municípios acima de 100.000 habitantes, apesar de o maior aumento ter ocorrido nos municípios com populações abaixo desse número. A partir dessas ponderações, os autores concluem que a interiorização e disseminação dos homicídios no nível municipal não seriam fenômenos generalizados. Por meio de uma análise espacial dos dados de homicídios, defendem que teria havido uma reorganização ou redistribuição espacial dos homicídios dos *clusters* com os maiores níveis. Cada grande região do país apresentaria um padrão que, segundo os autores, pareceria obedecer a uma “lógica de contágio”, com uma dinâmica pautada pelo aumento do dinamismo econômico e uma reorganização dos espaços urbanos (ANDRADE; DINIZ, 2013).

As ponderações feitas por Andrade e Diniz à tese da interiorização são, contudo, incompletas, porque não apontam para o fato de que parte do aumento nas taxas de homicídios dos municípios abaixo de 100.000 habitantes poderia ser devida a uma melhoria nos dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (BRASIL, 2016) do Sistema Único de Saúde (SUS) ao longo dos últimos 20 anos⁴.

Evidência desta melhora pode ser observada sobretudo quando se atenta para a relação entre o número de óbitos por eventos de intenção indeterminada e o total de óbitos por causa externa. Na verdade, a proporção entre um e outro tem sido justamente utilizada como a principal medida de qualidade dos dados SIM-SUS. Sutile *et al.* (2012), em revisão bibliográfica dos textos sobre a qualidade das informações de morbidade e mortalidade,

⁴ Os autores reconhecem a importância de se considerar os eventos “causas externas com intenção indeterminada (Y10 a Y34)” no cálculo das taxas de homicídios. Citam o trabalho de Cerqueira (2011), que identificara uma correlação negativa entre a queda das agressões e o aumento das agressões por causas indeterminadas no Rio de Janeiro, ponderando, no entanto, que a mesma relação não necessariamente ocorreria em outros locais.

confirmam que as causas mal definidas de morte seriam um sinal da falta de acesso aos serviços de saúde e da má qualidade da assistência médica. Por sua vez, Jesus e Mota (2010), em estudo sobre a subnotificação de causas violentas de mortes em Salvador no ano de 2005, concluíram que as causas de morte sujeitas a maior subnotificação são os homicídios e as chamadas intervenções legais. O perfil das vítimas que estão escondidas sob o rótulo de “intenção não definida” é muito próximo das vítimas mais comuns de homicídios, como destacam os autores: eles são homens, de 15 a 49 anos, solteiros, cor negra e com escolaridade entre 1 e 7 anos de estudo. Por isso, autores como Lozada *et al.* (2009) destacam a importância em se medir a variação dessa proporção no tempo e entre as localidades para se avaliar a qualidade dos registros de óbitos por causas externas. Citando Cruz (1996), argumentam a favor de se incluir os óbitos de intenção indeterminada por lesão por arma de fogo e por arma branca na contagem dos homicídios, para evitar sub-registro desse evento.

Assim, toda análise baseada nos registros feitos pelo SIM-SUS, deve, portanto, levar em consideração a hipótese da melhoria da qualidade dos dados entre a década de 1980 e a década de 2000. Parte do aumento das taxas de homicídios, nesse período, registrado em municípios abaixo de 100.000 habitantes, pode ser devida justamente a essa diminuição dos registros de mortes por causas indeterminadas⁵.

Ainda que relativizado por essas considerações, o fenômeno da interiorização, conforme Waiselfisz (2012), ou disseminação por contágio, conforme Andrade e Diniz (2013), deve ser considerado revelante para se compreender o avanço dos homicídios em Minas Gerais nos últimos anos.

Cerqueira *et al.* (2013) também corrobora o argumento do maior aumento das taxas de homicídios nos municípios considerados de pequeno porte, quando comparado com os municípios maiores. O autor usa uma técnica de estimativa das taxas de homicídios distinta do tratamento dado aos dados brutos do SIM-SUS, como fizeram os autores acima

5 Para o caso de Minas Gerais, Campos-Silva *et al.* (2010), analisando o percentual de causas externas por causas indeterminadas nas Gerências Regionais de Saúde, concluem que teria havido uma melhoria na qualidade das informações sobre mortalidade. Entre 1991 e 1999, o estado era avaliado como tendo uma qualidade ruim da informação por causas externas, dado que a proporção média de causas indeterminadas no total das causas externas era de 12,5% naquele triênio; essa proporção passou para 7% em 2003-2005. No entanto, a melhora entre 2003-2005 mostra uma realidade ainda heterogênea. Algumas Gerências Regionais de Saúde apresentavam percentual de causas não determinadas no total de causas externas maiores que o dobro da média do estado de Minas: Diamantina - 17%, Manhumirim - 19,6%; Sete Lagoas - 17,5%. Por outro lado, o estado apresentava casos de melhora significativa nos dados entre o triênio 1997-1999 e o de 2003-2005 em: Uberlândia, que passou de 27,6% para 2,3%; Pedra Azul, de 18,5% para 3%; e Teófilo Otoni, de 25,5% para 1,2% (CAMPOS-SILVA *et al.*: 2010).

De Castro, Assunção e Durante (2002), comparando os sistemas de informação da Polícia Militar e do SUS, demonstraram que a inclusão de óbitos de intencionalidade desconhecida por arma branca e arma de fogo permitiu uma aproximação entre o número de óbitos registrados nas duas bases de informações. De modo geral, os autores concluem que, entre 1986 a 1995, o sistema da PMMG apresentou números de homicídios superiores que o do SIM/MS, mas ressaltam que a partir de 1997 teria ocorrido uma convergência entre os sistemas, invertendo a tendência anterior, com o SIM/MS apresentando mais registros de homicídios que a PMMG.

referidos. Em vez de usar as médias móveis (média de taxas de homicídios de três anos em torno do ano de interesse), Cerqueira *et al.* usaram a estimativa de taxas bayesianas para resolver o problema do cálculo de taxas para municípios em que a população de interesse é muito pequena:

Pode-se entender a taxa bayesiana empírica como uma média ponderada entre a taxa bruta da localidade i , TBi , e a taxa global da região, m . Sendo assim, se a localidade apresentar uma população grande, isto indica que a sua taxa bruta apresentará pequena variabilidade e será muito próxima da estimativa da taxa bayesiana. Veja-se que, de fato, isto acontece, pois nesta situação o peso wi tenderá para 1 e . Se, todavia, o município apresentar uma população pequena, a estimativa da taxa bruta terá grande variabilidade e pouco peso será atribuído a esta taxa instável, tornando-se a taxa bayesiana mais próxima do valor da taxa global" (CERQUEIRA *et al.*, 2013, p. 884).

Tabela 1: Taxas de homicídio por município, segundo o tamanho populacional – Minas Gerais, 2000 / 2010

Grupo de municípios	Tamanho populacional	Homicídios por 100 mil habitantes – taxa bayesiana (2000)	Homicídios por 100 mil habitantes – taxa bayesiana (2010)	Variação – 2000-2010 (%)
Pequenos	Menos de 100 mil habitantes	12,2	18,6	52,2
Médios	Entre 100 mil e 500 mil habitantes	31,6	34,0	7,6
Grandes	Mais que 500 mil habitantes	48,3	35,3	-26,9

Fonte: SIM/MS.

Elaboração: Diest/Ipea.

A tabela 1 elaborada pelos autores, usando o conjunto de dados do país, demonstra a tendência de maior aumento nos municípios menores. Naqueles com menos de 100.000 habitantes, a variação da taxa bayesiana entre 2000 e 2010 foi de 52,2%; nos municípios de porte médio foi de apenas 7,6% e, nos de porte grande, houve diminuição no mesmo período.

A tabela 2 a seguir foi construída a partir da base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) utilizada por Cerqueira *et al.*, com os dados de homicídios ocorridos em Minas Gerais e usando-se a média dos anos 2000 e 2001, bem como os dois últimos anos disponíveis para aproximar dos valores ao final da década, 2008 e 2009. Como pode ser observado, fica evidente uma tendência de maior aumento das taxas de homicídios nos municípios menores de Minas Gerais:

Tabela 2: Taxas baysianas de homicídios por 100 mil habitantes, por porte de município – Minas Gerais – 2000 / 2009

Porte do município	2000	2009	variação%
Até 10 mil	3.84	7.96	107.38%
10 mil a 25 mil	4.36	9.10	108.94%
25 mil a 50 mil	4.33	13.54	212.44%
50 mil a 100 mil	5.73	14.45	152.19%
100 mil a 200 mil	9.00	17.58	95.19%
Acima de 200 mil	14.86	29.61	99.24%
Belo Horizonte	34.91	38.58	10.52%

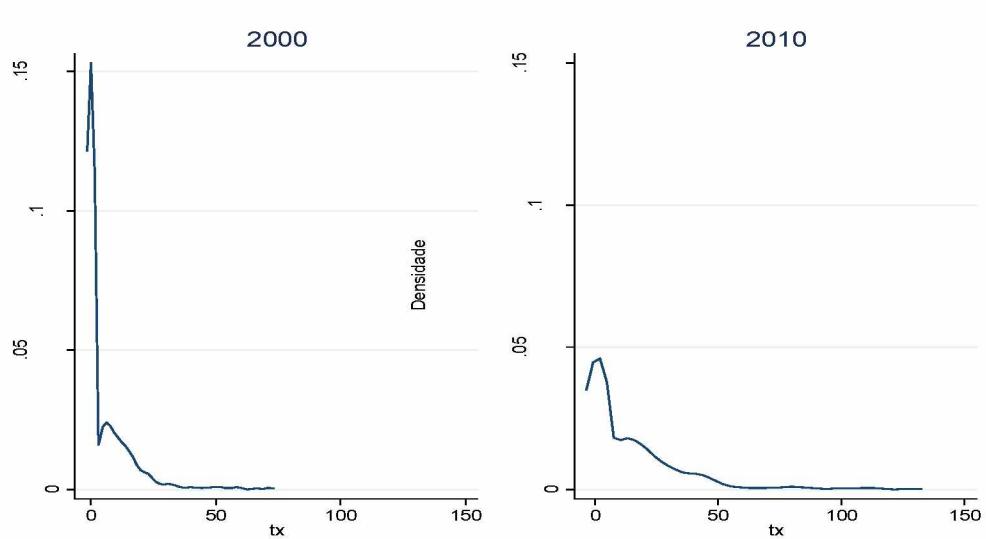
Fonte: IPEA-DATA
Elaboração própria

É importante notar que, mesmo utilizando-se técnicas diferentes para resolução da instabilidade das taxas de homicídios em municípios de pequeno porte, evidencia-se nesses um maior aumento das taxas de homicídios, quando comparados com os municípios de maior porte.

O estado de Minas Gerais tem 853 municípios, sendo que a maioria deles tem uma população residente de menos de 10 mil habitantes. Como os grupos de idade em que ocorre o maior número de homicídios são aqueles entre 10 e 29 anos, pode ocorrer uma flutuação muito grande quando se trata das taxas de mortalidade em municípios de pequeno porte. Por isso, neste estudo, foi utilizada a técnica da média móvel para os anos de interesse, conforme descrito na seção seguinte.

A distribuição das mortes é muito variada entre os municípios. Em 2000, 527 municípios (61,8%) não tiveram nenhuma ocorrência de óbito por homicídio nessa faixa de 10 a 29 anos; em 2010, esse número reduziu-se para 392 municípios (46%). No Gráfico 1, é possível visualizar a grande concentração da taxa em zero (0) no ano de 2000, e uma distribuição com menor concentração em zero e mais dispersa em 2010 comparada com 2000, indicando maior amplitude dos valores.

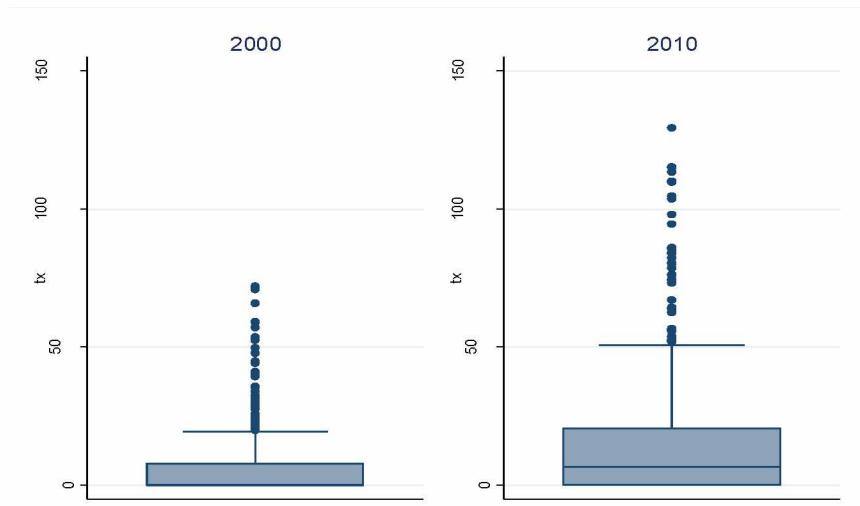
Gráfico 1: Densidade de Kernel da distribuição de homicídios de jovens nos municípios de Minas Gerais, 2000 / 2010



Fonte: SIM/SUS
Elaboração própria

Nos gráficos de *boxplot* abaixo (GRÁFICO 2), na comparação entre os dois anos, é possível ver um aumento da mediana e também da dispersão dos valores. Assim como encontrado por Cerqueira *et al.* (2013), a realidade dos homicídios em Minas Gerais ao final da década, quando se comparam os municípios, aparece mais complexa com aumento das médias e da dispersão dos valores entre as localidades.

Gráfico 2: Boxplot da distribuição dos homicídios de jovens pelos municípios de Minas Gerais – 2000 / 2010



Fonte: SIM/SUS
Elaboração própria

A seguir, a tese da interiorização dos homicídios é explorada de modo mais aprofundado para o caso de Minas Gerais, buscando-se observar seus padrões intra-regionais. Como essas ocorrências estão concentradas sobretudo na população jovem masculina, compreendida entre 15 e 29 anos, a análise busca avaliar especialmente a distribuição desse grupo de homicídio nos diferentes territórios de planejamento e nos microterritórios de Minas Gerais.

Na seção 2, é exposta a metodologia de estimativação dos dados. Na seção 3, os resultados da análise são explorados. Na última seção, tecem-se algumas conclusões sobre os achados e para a agenda de pesquisa futura.

2 METODOLOGIA

Para este estudo, foram utilizados os dados do SIM-SUS referentes ao CID 10 das categorias X85 a Y09, descritas no sistema como agressão intencional de terceiros, que registram uma agressão que resulta em óbito da vítima. Os dados foram selecionados por local de residência da vítima, já que o objetivo da pesquisa em que este *paper* se insere é o de indicar as determinantes sociodemográficas das vítimas de homicídios e não mapear os locais de ocorrência de crime⁶.

Além disso, foram baixados também os dados de agressões com intenção não identificada (Y10 a Y34), pelos motivos evidenciados na seção anterior, e evitando o sub-registro do homicídio. Segundo os autores revisados, as causas de morte sujeitas a maior subnotificação são os homicídios e as chamadas intervenções legais; o perfil das vítimas que estão escondidas sob o rótulo de “intenção não definida” é muito próximo das vítimas mais comuns de homicídios. Por isso, a melhor prática sugere a inclusão dos óbitos de intenção indeterminada por lesão por arma de fogo e por arma branca na contagem dos homicídios.

Os dados foram desagregados por grupos etários e por município, para cada um dos sexos e para cada uma das categorias de raça. Nesses registros foram incluídos os casos com as informações incompletas e feita a atribuição dessas informações. Isso é feito

6 O Sistema de Informações de Mortalidade do Sistema Único de Saúde (SIM-SUS) unifica os dados sobre mortalidade de todo o país a partir do registro da Declaração de Óbito (DO). O sistema de informações, criado em 1975, é alimentado pelas Secretarias Municipais de Saúde, responsáveis pela digitação, processamento e consolidação das Declarações de Óbitos. No setor SIM das Secretarias Estaduais de Saúde, as informações dos diversos municípios são agregadas e enviadas para o Ministério da Saúde.

A declaração de Óbito (DO) é preenchida pelo profissional que atendeu o paciente em caso de morte por causas naturais. Quando a morte é consequência de causas não naturais - as chamadas causas externas (suicídios, homicídios e acidentes, etc) -, a DO é preenchida pelo médico legista em localidades que tenham Instituto Médico Legal (IML). Naquelas que não possuem IML, será preenchida por qualquer médico indicado por uma autoridade judicial ou policial, o qual passa a exercer a função de legista eventual. As normas que regulamentam este documento exigem que ele seja preenchido no local do falecimento; assim, se uma vítima de violência é deslocada para um atendimento em um hospital que esteja em local diferente daquele em que ocorreu a agressão, a DO registrará o local do último atendimento como local de ocorrência. Como este procedimento pode alterar o local da ocorrência, uma medida importante ao se utilizar dados oriundos do SIM pode ser a adoção do local de residência para contabilização das vítimas de homicídio.

segundo a proposição de Siegle e Skyrock (1980): os óbitos sem declaração de idade, sexo e raça foram distribuídos a partir da estrutura etária observada para os óbitos com idade declarada.

Em seguida, as estimativas foram feitas considerando-se o grupo no qual a incidência de homicídios é mais alta, jovens do sexo masculino. Esse é o grupo em que mais cresce os níveis de mortalidade, como apontam a maior parte dos estudos sobre violência letal no Brasil⁷. Estudos como o Mapa da Violência, no entanto, restringem o cálculo das taxas do conjunto da população aos municípios acima de 20.000 habitantes; e das taxas de homicídios entre os jovens, aos municípios com mais de 10.000 jovens. Com isso, para estados como Minas Gerais, são apresentadas as taxas de mortalidade entre os jovens de apenas 63 dos 853 municípios (WAISELFISZ, 2015). Por isso é importante verificar como se distribuem os homicídios nesse grupo, variando segundo os portes dos municípios e os diferentes territórios de administração do Estado.

Após as atribuições de valores aos dados sem informação, foi feita a média móvel centrada em 2000 e 2010, a partir das informações dos anos de 1999, 2000, 2001 e 2009, 2010, 2011, respectivamente⁸, para cada um dos grupos etários (10-14, 15-19, 20-24, 25-29 anos) da população de interesse; para homens e mulheres em geral; negros (pardos e pretos) e brancos nos três subconjuntos de óbitos por município, em geral.

Neste trabalho, foi utilizada a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o tamanho de município, mas com uma subdivisão entre os municípios de pequeno, médio, grande porte e capital:

⁷ Cerqueira e Moura, avaliando a relação entre dinâmica demográfica e homicídios nos municípios brasileiros, evidenciam que o aumento das agressões letais entre 1991 e 2010 se deu para todos os grupos etários, mas, sobretudo para o grupo entre 15 e 29 anos: o aumento para a população em geral foi de 29,8% no período, enquanto entre os jovens alcançou 46,8% no mesmo período. Os autores estimaram um modelo para avaliar a importância do percentual de jovens na população e avaliaram que, no período, o percentual de jovens de 15 a 29 anos na população diminuiu de 28,1% para 26,9%. Mesmo assim, a taxa de homicídios aumentou 30%, como destacam os autores, ou seja, outros fatores teriam contribuído para isso.

⁸ Esse é um procedimento relevante, uma vez que estamos tratando de pequenas áreas, com poucos óbitos, nas quais qualquer variação anual pode ser expressiva.

- a) pequeno porte 1 = municípios com até 10.000 habitantes
- b) pequeno porte 2 = municípios com 10.001 a 25.000 habitantes
- c) pequeno porte 3 = municípios com 25.001 a 50.000 habitantes
- d) médio porte = municípios com 50.001 a 100.000 habitantes
- e) grande porte 1= municípios com 100.001 a 200.000 habitantes
- f) grande porte 2 = municípios com acima de 200.000 habitantes
- g) capital = Belo Horizonte

Como as vítimas de homicídios são predominantemente jovens entre 15 e 29 anos, a análise buscou avaliar em especial a distribuição desse grupo de homicídios nos diferentes territórios de planejamento e nos microterritórios de Minas Gerais. Também se buscou observar de que maneira ocorreria o fenômeno da interiorização da violência no caso do estado de Minas Gerais: como se dá essa disseminação, quando se considera os municípios mineiros dos diferentes territórios de planejamento? Essa variação segue alguma tendência em termos de tamanho populacional?

3 RESULTADOS

3.1 Crianças e jovens do sexo masculino, por faixa etária e território

Em Minas Gerais, entre 2000 e 2010, houve aumento significativo do número de homicídios comparando com os óbitos totais: enquanto o aumento de homicídios foi de 72,8%, os óbitos totais aumentaram apenas 25,6%. Os homicídios se concentraram expressivamente na faixa etária dos jovens de 10 a 29 anos, representando 55% dos homicídios ocorridos em 2010. A taxa média de homicídios estimada para o Estado aumentou significativamente nesta faixa etária: de 17,23 para 32,47 por 100.000 jovens de 10 a 29 anos entre os anos de 2000 e 2010.

Assim como indicou Cerqueira *et al.* (2013) acerca dos dados brasileiros, encontrou-se, para Minas Gerais, uma distribuição dessas mortes também muito variada entre os tipos de municípios. Em primeiro lugar, cabe destacar que houve um aumento expressivo no número de municípios com ocorrência de homicídios, nesse grupo etário, na comparação entre 2000 e 2010. Em 2000, 527 municípios (61,8% do total) não tiveram nenhum óbito por homicídio de 10 a 29 anos; em 2010, esse número caiu para 392 municípios (46%).

A tabela 3 abaixo indica que a tendência de maior aumento das taxas de homicídios entre 10 e 29 anos nos municípios abaixo de 100 mil habitantes também ocorreu em Minas

Gerais. Os maiores aumentos ocorrem nos municípios entre 25 e 50 mil habitantes, sendo que os aumentos dos municípios acima de 200 mil e de Belo Horizonte ficam abaixo da média do Estado.

Tabela 3: Taxa de homicídios estimados entre 10 e 29 anos, por porte de município – Minas Gerais, 2000, 2010 e variação entre os anos

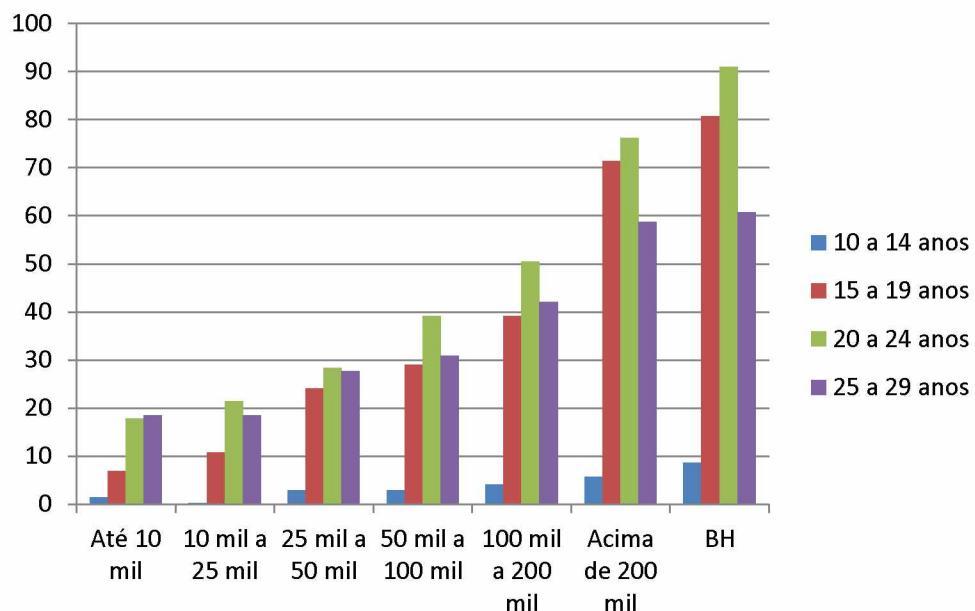
	2000	2010	Δ
Até 10 mil	3.92	10.36	164.29%
10 mil a 25 mil	4.9	12.2	148.98%
25 mil a 50 mil	7.17	20.48	185.63%
50 mil a 100 mil	8.04	25.55	217.79%
100 mil a 200 mil	16.57	34.02	105.31%
Acima de 200 mil	29.11	53.58	84.06%
Belo Horizonte	47.73	62.42	30.78%
Minas Gerais	17.23	32.47	88.45%

Fonte: elaboração própria

Os dados abaixo (Gráfico 3) foram estimados considerando-se os grupos nos quais a incidência de homicídios é mais alta: adolescentes e jovens, do sexo masculino, conforme explicitado na seção 1.

Considerando apenas este grupo de interesse, homens entre 10 e 29 anos, o gráfico abaixo, com dados de 2010, mostra que a faixa etária de maior incidência de mortes é a de 20 a 24 anos de idade, seguida da faixa de 15 a 19 anos. Além disso, confirma que os maiores valores das taxas são dos municípios de maior porte; assim, mesmo que os maiores aumentos possam ocorrer nos municípios com população abaixo de 100 mil habitantes, os municípios maiores continuam liderando negativamente com as maiores taxas do Estado.

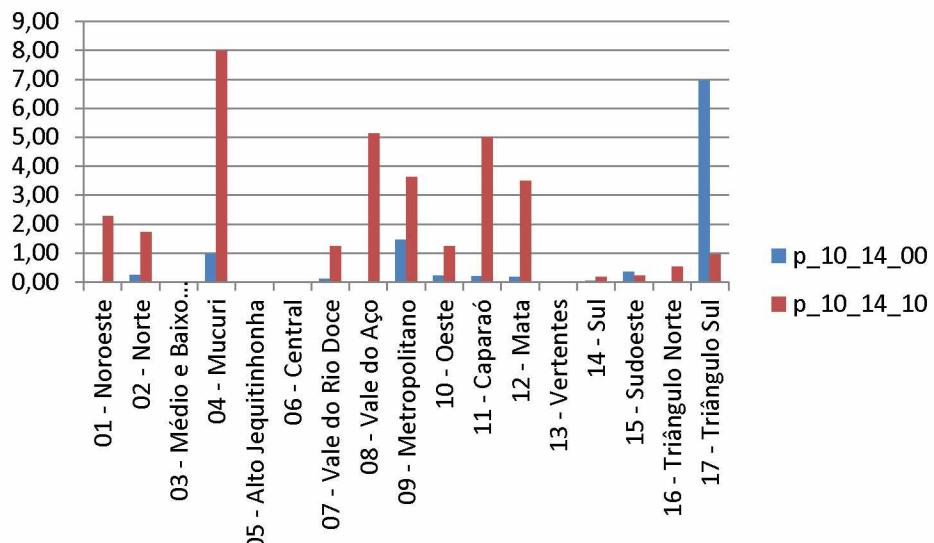
Gráfico 3 – Taxa de homicídios estimados de homens entre 10 e 29 anos por faixa etária e porte de município – Minas Gerais – 2010



Fonte: elaboração própria

Os gráficos abaixo apresentam, por faixa etária e por território, os valores de 2000 e 2010. No primeiro (Gráfico 4), é possível verificar que no ano 2000, os homicídios na faixa 10 a 14 anos não atingiram 7 dos 17 territórios, e que as taxas maiores ficaram em torno de 5 por 100 mil habitantes. Nesse ano, o destaque é para o Triângulo Sul, que tinha uma taxa bastante superior à do território Metropolitano. Em 2010, três territórios superam a taxa do Metropolitano, e o território líder (negativo) é o Mucuri, seguido do Vale do Aço e do Caparaó.

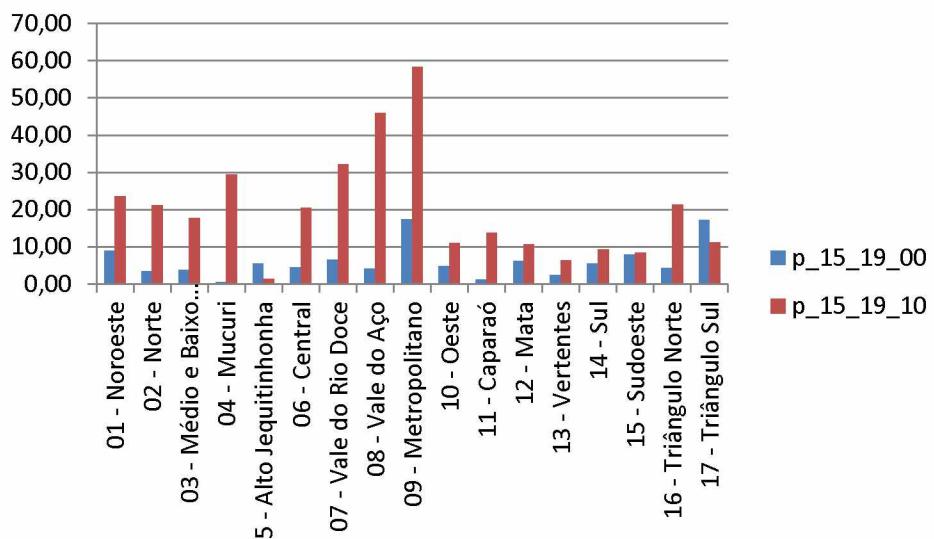
Gráfico 4: Taxa de homicídios estimados de homens de 10 a 15 anos, por território – Minas Gerais – 2000 / 2010



Fonte: Elaboração própria.

O gráfico seguinte apresenta os resultados para a faixa de 15 a 19 anos (Gráfico 5). Enquanto em 2000, apenas os territórios Metropolitano e Triângulo Sul superaram a taxa de 10 por 100 mil; em 2010, o território Metropolitano continua liderando, mas há um grande crescimento das taxas no Vale do Aço, Vale do Rio Doce e Mucuri. Como a faixa etária de maior crescimento no número de homicídios é a de 15 a 19 anos, adiante serão apresentados esses dados por porte de município.

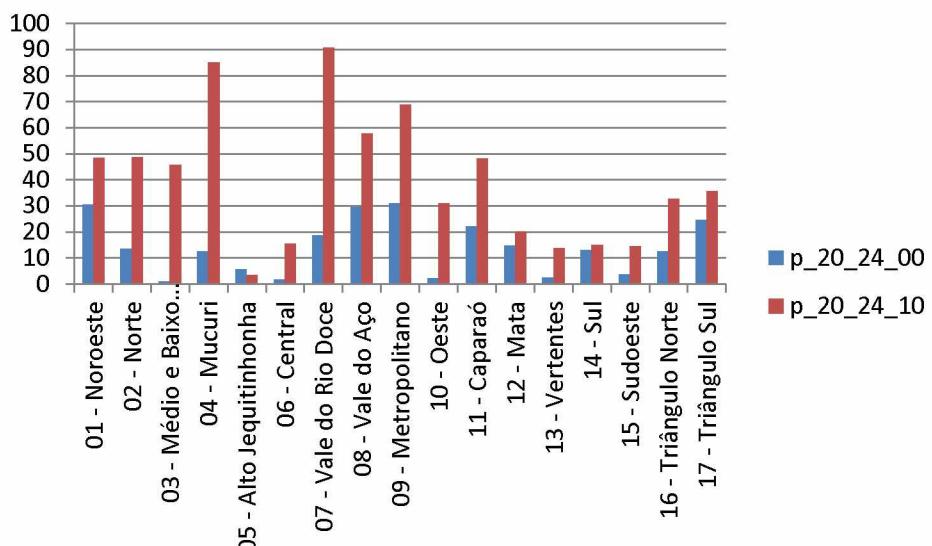
Gráfico 5 – Homicídios estimados homens de 15 a 19 anos, por território –
Minas Gerais – 2000 / 2010



Fonte: Elaboração própria

No Gráfico 6 abaixo, é possível verificar que, na faixa entre 20 e 24 anos, o dinamismo negativo dos mesmos territórios que se destacaram negativamente na faixa etária anterior faz com que, no ano de 2010, os territórios do Mucuri e Vale do Rio Doce cheguem a superar os valores do Metropolitano, Vale do Aço e Noroeste, que já tinham valores próximos dos apresentados pelo território Metropolitano em 2000. Com aumentos não tanto significativos como os territórios destacados acima, os territórios Oeste, Triângulo Norte e Triângulo Sul apresentaram taxas próximas a 30 homicídios por 100 mil.

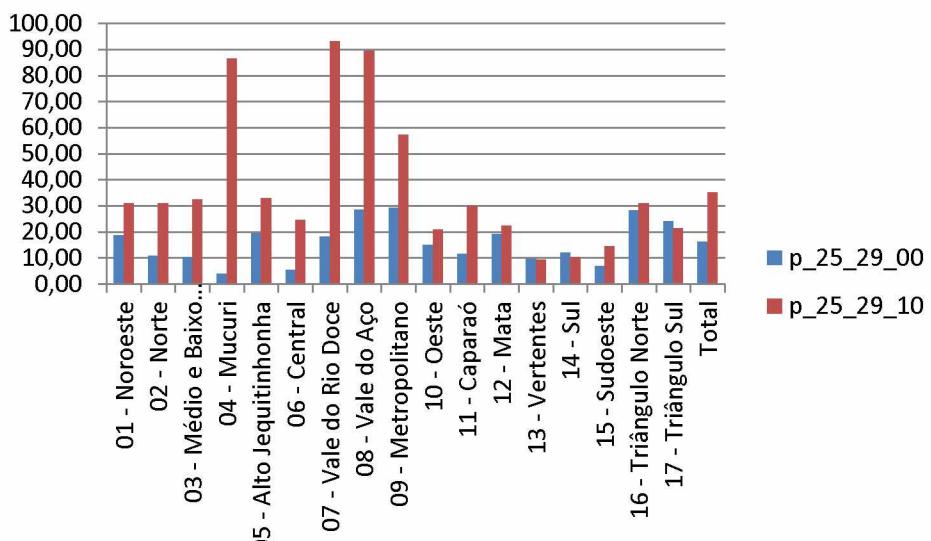
Gráfico 6: Homicídios estimados homens de 20 a 24 anos, por território – Minas Gerais – 2000 / 2010



Fonte: Elaboração própria.

No gráfico 7, relativo à faixa etária de 25 a 29 anos, tendência similar ocorre, com Mucuri, Vale do Rio Doce e Vale do Aço superando os valores do território Metropolitano. Outro destaque negativo nessa faixa etária é o expressivo crescimento apresentado pelos territórios do Médio e Baixo Jequitinhonha e do Norte. Vale destacar ainda o território do Alto Jequitinhonha, que apresentava valores mais baixos nas faixas etárias mais baixas, mas para esta apresenta um valor significativo. Estudo específico pode indicar se esse tipo de violência está associado a uma dinâmica de solução violenta de conflitos entre os homens que entram na fase adulta.

Gráfico 7: Homicídios estimados homens de 25 a 29 anos, por território – Minas Gerais – 2000 / 2010



Fonte: Elaboração própria

Os gráficos acima mostram que a interiorização apresenta dinâmicas distintas em função das faixas etárias e nos diversos territórios. Em todas as faixas, os territórios do Mucuri, Vale do Aço e Vale do Rio Doce podem ser considerados polos dinâmicos de aumento das taxas de homicídios⁹. O estudo por faixa etária permite verificar quais são grupos etários mais vulneráveis em cada território.

3.2 Os maiores aumentos, por porte de município

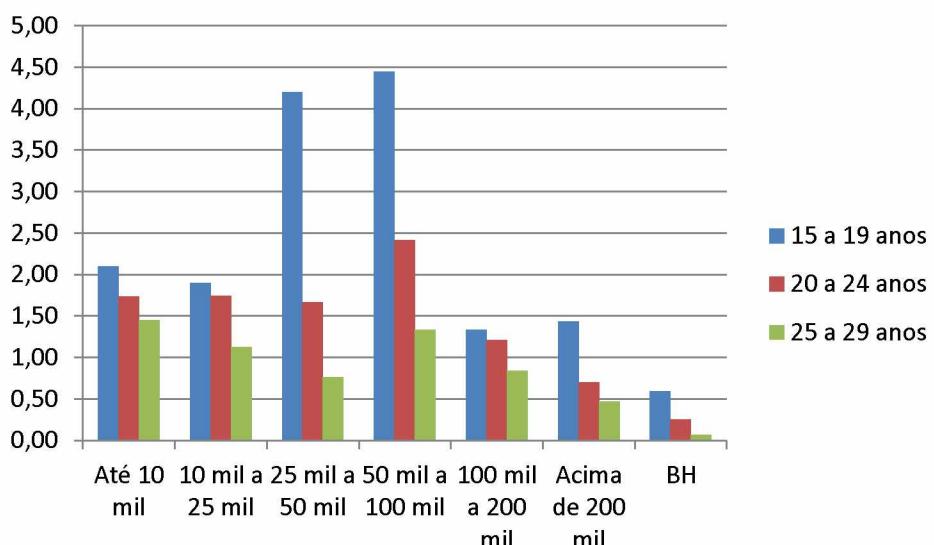
Quando se observa as variações na taxa de homicídios, por faixa etária e por porte de municípios, como no gráfico abaixo, é possível verificar que os maiores aumentos ocorreram nas taxas de homicídios entre homens de 15 a 19 anos, nos municípios entre 25 e 50 mil habitantes, e entre 50 e 100 mil habitantes (400 e 450% de aumento, respectivamente, entre 2000 e 2010). Também se percebem aumentos significativos na faixa etária de 20 a 24 anos, em todos os portes, mas principalmente nos municípios abaixo de 100 mil habitantes (variações entre 150 e 250% entre 2000 e 2010).

O Gráfico 8 mostra, portanto, que os maiores aumentos nas taxas de homicídios são de jovens entre 15 e 20 anos, em municípios de 25 a 100 mil habitantes. A

⁹ O Anuário de Informações Criminais de Minas Gerais, da Polícia Militar, dá destaque à Região Metropolitana de Belo Horizonte, ao Triângulo Mineiro, região Noroeste e a municípios como Governador Valadares, Montes Claros e Pirapora pelas maiores taxas de crime contra a pessoa.

vulnerabilidade de jovens desse grupo etário, que era maior nas capitais, parece se tornar uma epidemia nas cidades menores.

Gráfico 8: Variação nas taxas de homicídios estimados entre homens de 15 a 29 anos por porte de município, Minas Gerais – 2000 / 2010



Fonte: Elaboração própria

Considerando os aumentos nas taxas de homicídios de homens jovens na faixa de 15 a 19 anos, uma questão que se coloca é em quais territórios do Estado esse aumento foi maior. Levando em conta o argumento a favor de que a disseminação dos homicídios não se trata de uma mera transferência dos homicídios das cidades maiores para as menores, fica a questão de localizar os chamados polos dinâmicos do Estado.

A grande maioria dos municípios de até 10 mil habitantes apresenta taxa zero de homicídios entre jovens de 15 a 19 anos. Em 2000, de um total de 491 municípios, 97% estavam nessa condição; em 2010, reduzem-se para 92,5 %. Dos dezessete territórios, em 2010, dez apresentavam taxas menores que 10 homicídios por 100 mil habitantes. Em contrapartida, as maiores taxas encontraram-se no Vale do Aço (41,38), Vale do Rio Doce (30,52), Central (27,78), Metropolitano (20,12) e Norte (17,98). É interessante destacar que os maiores aumentos também ocorreram nesses territórios, com exceção do Metropolitano; nesses territórios se encontram, portanto, os polos dinâmicos, considerando-se os municípios desse porte.

Entre os municípios com população de 10 a 25 mil habitantes, também a maioria apresentou taxa zero (sem ocorrência de homicídios): dos 226 municípios em 2000, 87% estavam nessa condição; em 2010, são 70%. Os territórios que tiveram maior crescimento,

considerando-se esse porte de municípios, e que apresentaram as maiores taxas em 2010, foram: Triângulo Norte (19,71), Médio e Baixo Jequitinhonha (26,10) e Caparaó (31,42) e Mucuri (35,31). Esses dois últimos territórios passam a apresentar taxas que se aproximam do Metropolitano (41,24).

Nos municípios com porte de 25 a 50 mil habitantes, as mudanças na década foram as mais expressivas para o aumento dos homicídios de homens entre 15 e 19 anos. Se, em 2000, 68,6% dos 70 municípios desse segmento não apresentavam registros de homicídios; em 2010, apenas 27,1% dos municípios estão nessa condição. Se o fenômeno de espalhamento discutido acima encontra um paralelo em Minas Gerais, esse pode ser um caso exemplar. Apenas dois territórios, com cinco municípios desse porte, mantiveram os valores de 2000 (Caparaó), ou diminuiu (Alto Jequitinhonha). Em quinze dos dezessete territórios, ocorreu um aumento das taxas em relação ao início da década. Os maiores aumentos ocorreram no território do Mucuri, que apresentou uma taxa de 210,61 em 2010; Vale do Aço (152,67); Vale do Rio Doce (93,28) e Noroeste (52,28). Dois territórios que já tinham valores altos, em 2000, continuaram com taxas altas, em 2010: Metropolitano (107,42), Triângulo Sul (65,6). Devem-se destacar, ainda, os valores de dois territórios que apresentavam taxas baixas de homicídios, em 2000, e passam a ter valores significativos em 2010: Vertentes (39,86) e Triângulo Norte (37,71).

Entre os municípios com população entre 50 e 100 mil habitantes, aqueles que apresentavam taxa zero de homicídios eram minoria em 2010: dos 37 municípios desse porte, apenas 10% estavam nessa condição; em 2000, o percentual era de 43%. Os maiores aumentos ocorreram no território das Vertentes (88,03), representada pela cidade de São João Del Rey; Vale do Aço (86,77), com os municípios de Caratinga e Timóteo; e Noroeste (108,71), nos municípios de Paracatu e Unaí. Vale destacar que esses territórios superaram a taxa do Metropolitano (69,46) em 2010.

3.3 Os segmentos mais vulneráveis, por raça / cor

Um dos grandes problemas do Sistema de Registros de Óbitos que o Brasil ainda possui é a qualidade das informações secundárias referentes à raça / cor, renda, escolaridade, posição de ocupação etc. Contudo, ainda que as informações sejam limitadas, esses quesitos são importantes para se analisar os diferenciais nas taxas de homicídio. Como destaca Waiselfisz (2012), os problemas de sub-registro eram mais comuns no período antes de 2002, motivo pelo qual a análise de raça / cor no Mapa da Violência é incluída apenas a partir desse ano.

Neste trabalho, vamos nos ater apenas em analisar os diferenciais de raça / cor para o ano de 2010, porque no ano de 2000, 10,3% dos municípios não tinham informação de raça / cor, contra 4% no ano de 2010. Mas, mesmo em 2010, nos municípios de menor porte (até 10 mil e de 10 a 25 mil), os registros de homicídios sem informação de raça / cor é ainda maior, acima de 6,50%.

É, contudo, importante destacar que nos locais em que ocorre uma taxa de homicídios diferente de zero (461 cidades), grande parte, 372 municípios, incluindo Belo Horizonte, não apresenta informação faltante para raça / cor. A distribuição dos óbitos sem informação de raça / cor foi feita proporcionalmente, tal como realizado para idade anteriormente. Definiram-se como negros todos os indivíduos pretos e pardos¹⁰.

Como mostram as tabelas abaixo (Tabela 4 e Tabela 5), em 2010, enquanto a taxa média de homicídios de jovens brancos é de 19,52 homicídios por 100 mil jovens, a taxa de homicídios de jovens negros é de 42,62 por 100 mil jovens, em Minas Gerais, indicando que os jovens negros têm, em média, um risco duas vezes maior que os jovens brancos de serem assassinados entre 10 e 29 anos.

Tabela 4: Taxa de homicídio de jovens brancos, por 100.000 habitantes, por grupos etários e porte de município – Minas Gerais – 2010

Grupo	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	10 a 29 anos
Até 10 mil	0.55	5.86	16.97	11.62	8.26
10 mil a 25 mil	0	6.02	13.75	14.41	8.28
25 mil a 50 mil	1.54	15.02	15.36	17.56	12.36
50 mil a 100 mil	2.28	21.76	27.82	28.25	20.31
100 mil a 200 mil	0.63	21.43	38.51	27.67	22.56
Acima de 200 mil	2.8	44.36	48.68	40.97	35.05
BH	4.24	44.11	48.29	29.54	33.08
Minas Gerais	1.71	20.8	28.75	24.97	19.52

Fonte: Elaboração própria

Tabela 5 - Taxa de homicídio de jovens negros, por 100.000 habitantes, por grupos etários e porte de município – Minas Gerais – 2010

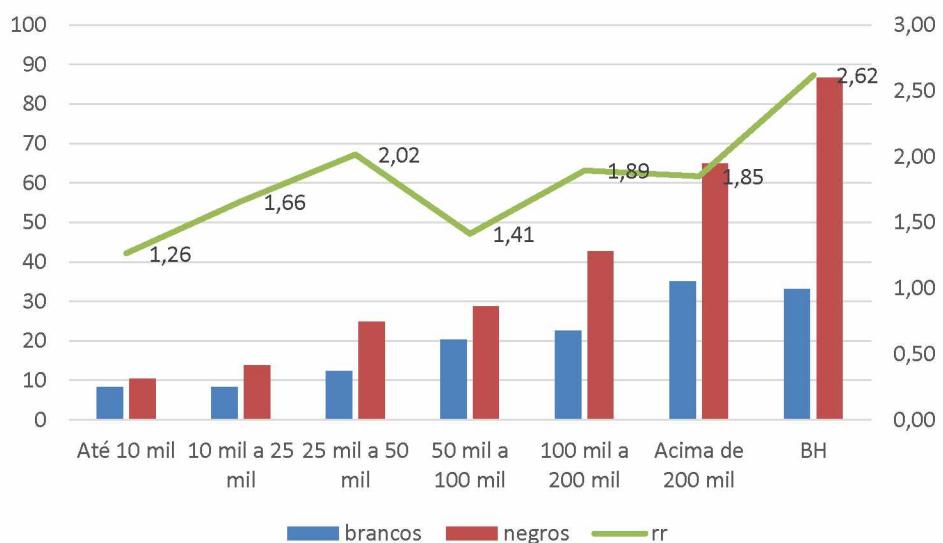
Grupo	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	10 a 29 anos
Até 10 mil	1.61	5.63	18.01	20.18	10.44
10 mil a 25 mil	0.26	12.27	25.70	19.33	13.73
25 mil a 50 mil	3.80	29.66	33.98	34.33	24.92
50 mil a 100 mil	2.97	33.44	46.47	32.86	28.69
100 mil a 200 mil	6.23	50.98	62.50	52.80	42.74
Acima de 200 mil	7.10	87.26	94.44	70.00	64.86
BH	11.77	108.13	128.38	90.54	86.64
Minas Gerais	4.79	49.88	65.34	51.99	42.62

Fonte: Elaboração própria

¹⁰ Não foi conveniente analisar outras raças (amarelos e indígenas), pois só foram registrados 7 homicídios de 10 a 29 anos nos três anos (2009, 2010 e 2011) usados para estimar a taxa de homicídios.

O cálculo do risco relativo, apresentado abaixo (Gráfico 9), evidencia o quanto os negros estão mais expostos ao risco em relação aos brancos. A divisão das taxas referentes aos negros pelas taxas relativas aos brancos gera um resultado sintético que expressa o quanto o primeiro grupo tem mais chance de sofrer homicídio comparado com o segundo. Esse risco relativo é maior para os jovens negros em municípios de todos os portes, mas são maiores do que a média nos municípios entre 25 e 50 mil e em Belo Horizonte.

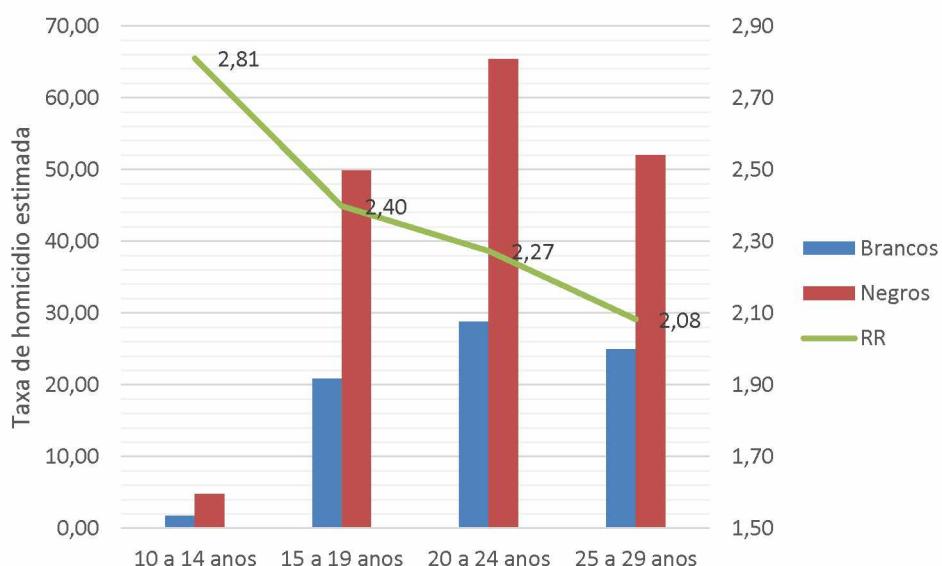
Gráfico 9: Taxa de homicídios entre jovens negros e brancos entre 10 a 29 anos
e razão de risco, por porte de município – Minas Gerais – 2010



Fonte: Elaboração própria

Quando se analisa o risco relativo por grupo etário (Gráfico 10), ela é maior nos grupos de idade iniciais, indicando que quanto mais jovens, incluindo as crianças, maiores as chances dos negros serem mortos do que os brancos do mesmo grupo etário.

Gráfico 10 - Taxas de homicídios entre jovens negros e brancos de 10 a 29 anos, por níveis etários e razão de risco entre os grupos – Minas Gerais – 2010



Fonte: Elaboração própria

As tabelas abaixo mostram as taxas por território de planejamento. Elas permitem elucidar a diversidade dos diferenciais entre as taxas de homicídios por raça / cor no estado de Minas Gerais. Na categoria idade das crianças, de 10 a 14 anos, apenas dois territórios apresentam taxa superior a um homicídio por 100 mil, Mata e Metropolitano. Mas, na mesma categoria, quando analisamos apenas os homicídios de negros, nove territórios passam a apresentar valores acima de um, como destaque negativo para Mucuri (5,39), Vale do Aço (4,64), Caparaó (3,31).

O cálculo do risco relativo por território evidencia quais possuem o maior risco de morte por homicídio para os jovens negros. Os piores resultados do Estado são os do Mucuri (4,68), Central (3,51) e Médio e Baixo Jequitinhonha (2,70), e também em Vertentes (2,55), território que aparece nas comparações anteriores com menores taxas de homicídios. Embora um estudo específico desse risco diferencial entre negros e brancos precise avaliar um conjunto maior de variáveis, o fato de o risco relativo ser maior que um em 12 dos 17 territórios é evidência importante de que políticas específicas devem ser empreendidas para diminuir a vulnerabilidade da criança negra e do jovem negro em todo o Estado. Em territórios como Mucuri e Central, o fenômeno deve ser tratado ainda com maior preocupação, pois nesses territórios o risco relativo é cerca do dobro da média do risco relativo do estado de Minas Gerais¹¹.

¹¹ Vale notar que nos municípios de menor porte (menos de 10 mil habitantes), os níveis mais baixos de autodeclaração como negros para o Censo pode diminuir artificialmente a população negra. Um estudo mais aprofundado desse fato e do diferencial de mortes entre negros e brancos deve tratar a questão para evitar alterações nos cálculos das taxas.

Tabela 6 - Taxa de homicídios de jovens brancos entre 10 a 29 anos, por 100.000 habitantes, por grupos etários e territórios – Minas Gerais – 2010

Território	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	10 a 29 anos
01 - Noroeste	0.79	6.55	33.08	8.89	11.18
02 - Norte	0	6.69	25.48	6.47	8.39
03- Médio e Baixo Jequitinhonha	0	1.27	12.32	12.57	5.49
04 - Mucuri	0	0	7.52	27.1	6.94
05 - Alto Jequitinhonha	0	0	56.94	45.43	26.11
06 - Central	0	1.23	3.65	10.13	3.84
07 - Vale do Rio Doce	0	15.4	26.14	27.64	15.99
08 - Vale do Aço	0	30.5	20.54	20.66	18.07
09 - Metropolitano	1.69	18.64	21.33	19.78	15.36
10 - Oeste	0.33	4.71	17	13.21	8.84
11 - Caparaó	0.2	5.92	25.33	11.23	10.55
12 - Mata	2.93	5.81	7.34	17.29	8.34
13 - Vertentes	0	4.48	4.57	2.69	2.94
14 – Sul	0.13	5.46	9.33	5.68	5.1
15 - Sudoeste	0.29	5.37	8.42	7.81	5.56
16 - Triângulo Norte	0.4	15.3	20.78	21.81	14.83
17 - Triângulo Sul	0.12	3.63	15.14	13.54	8.5
Minas Gerais	1.71	20.8	28.75	24.97	19.52

Fonte: Elaboração própria

Tabela 7 - Taxa de homicídio de jovens negros entre 10 e 29 anos, por 100.000 habitantes, por grupos etários e território – Minas Gerais – 2010

Território	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	10 a 29 anos
01 - Noroeste	1.91	15.86	24.17	30.04	17.23
02 - Norte	1.79	14.49	26.17	23.47	15.52
03- Médio e Baixo Jequitinhonha	0.47	12.06	29.92	20.61	14.82
04 - Mucuri	5.39	21.85	59.54	56.31	32.47
05 - Alto Jequitinhonha	0.00	6.10	1.68	10.75	4.10
06 - Central	0.00	13.47	24.50	18.35	13.49
07 - Vale do Rio Doce	1.19	21.81	59.32	61.22	32.34
08 - Vale do Aço	4.64	13.76	32.46	47.60	22.55
09 - Metropolitano	2.47	36.17	44.07	38.35	29.78
10 - Oeste	0.90	11.22	17.67	9.75	9.91
11 - Caparaó	3.31	7.22	27.40	24.22	14.84
12 - Mata	2.46	5.09	13.78	8.35	7.32
13 - Vertentes	2.28	3.00	11.09	15.70	7.49
14 – Sul	0.00	5.90	9.41	6.75	5.37
15 - Sudoeste	0.00	3.63	7.66	7.10	4.51
16 - Triângulo Norte	0.51	10.73	12.55	19.53	10.76
17 - Triângulo Sul	0.81	7.34	26.37	21.09	14.45
Minas Gerais	4.79	49.88	65.34	51.99	42.62

Fonte: Elaboração própria

Tabela 8: Taxa de homicídio de jovens entre 10 a 29 anos, brancos e negros, por 100.000 habitantes, por território e risco relativo – Minas Gerais – 2010

Território	Brancos	Negros	Rr
01 - Noroeste	11.18	17.23	1.54
02 - Norte	8.39	15.52	1.85
03- Médio e Baixo Jequitinhonha	5.49	14.82	2.70
04 - Mucuri	6.94	32.47	4.68
05 - Alto Jequitinhonha	26.11	4.10	0.16
06 - Central	3.84	13.49	3.51
07 - Vale do Rio Doce	15.99	32.34	2.02
08 - Vale do Aço	18.07	22.55	1.25
09 - Metropolitano	15.36	29.78	1.94
10 - Oeste	8.84	9.91	1.12
11 - Caparaó	10.55	14.84	1.41
12 - Mata	8.34	7.32	0.88
13 - Vertentes	2.94	7.49	2.55
14 - Sul	5.10	5.37	1.05
15 - Sudoeste	5.56	4.51	0.81
16 - Triângulo Norte	14.83	10.76	0.73
17 - Triângulo Sul	8.50	14.45	1.70

Fonte: Elaboração própria

Por fim, a tabela abaixo permite visualizar, no que se refere ao risco relativo, como os negros encontram-se sobre representados nas faixas etárias de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos.

Tabela 9 - Risco relativo de morte de jovens negros em relação aos brancos, por faixa etária e por território – Minas Gerais – 2010

Território	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos
01 - Noroeste	2.42	0.73	0.30
02 - Norte	2.17	1.03	0.47
03 - Médio e Baixo Jequitinhonha	9.52	2.43	0.26
04 - Mucuri	21.85	7.92	0.36
05 - Alto Jequitinhonha	6.10	0.03	0.00
06 - Central	10.93	6.72	0.61
07 - Vale do Rio Doce	1.42	2.27	1.60
08 - Vale do Aço	0.45	1.58	3.50
09 - Metropolitano	1.94	2.07	1.07
10 - Oeste	2.39	1.04	0.44
11 - Caparaó	1.22	1.08	0.89
12 - Mata	0.87	1.88	2.14
13 - Vertentes	0.67	2.43	3.62
14 - Sul	1.08	1.01	0.93
15 - Sudoeste	0.68	0.91	1.35
16 - Triângulo Norte	0.71	0.60	0.85
17 - Triângulo Sul	2.02	1.74	0.86

Fonte: Elaboração própria

4 CONCLUSÕES

Esse apanhado dos homicídios registrados nos grupos de municípios abaixo de 100 mil habitantes, no estado de Minas Gerais, evidencia o efeito de espalhamento descrito por outros autores (WAISELFISZ, 2013; CERQUEIRA *et al.*, 2013; ANDRADE; DINIZ, 2013). Como se trata de homicídios em uma faixa etária (15 a 19 anos) que costumava aparecer nas estatísticas das cidades acima de 100 mil habitantes, trata-se de um fenômeno especialmente preocupante, uma vez que nas cidades entre 25 e 50 mil habitantes, o evento deixou de ser uma exceção para ser a regra. 70% dos municípios desse porte apresentaram registros; nos municípios de 50 a 100 mil habitantes, 90% deles enfrentam o problema.

Estudos mais aprofundados para esse segmento etário devem ser realizados para elucidar a relação entre a vitimização por homicídios e a relação desses jovens com as escolas, as redes de proteção informais e as formais, ausentes ou não nos municípios e as condições familiares das vítimas. Os resultados confirmam a pesquisa de Souza e Minayo (2009), que compararam os períodos de 2000-2005 e 1980-1985 para os dados de homicídios no Brasil; o estudo já indicava que, embora o grupo de 15 a 19 anos apresentasse as menores taxas, foi ele que teve maior crescimento, 33,8% no período.

Assim, a observação do fenômeno por faixa etária e por porte de município elucida uma parte importante das distintas dinâmicas nos vários territórios. A análise apresentada acima, para a dinâmica de aumento de homicídios de 15 a 19 anos, por porte de município e território de planejamento, chama a atenção especialmente para os municípios entre 25 e 50 mil habitantes. Embora os números mais expressivos possam coincidir com os destaques dados pelos boletins estatísticos das organizações policiais, a dinâmica nos municípios menores destaca a complexidade do fenômeno e a necessidade de aprofundamento das pesquisas nesses contextos distintos.

O maior crescimento do número de vítimas na faixa etária de 15 a 19 anos é um sério sinal de alerta para a ampliação das políticas de prevenção ao crime em faixas etárias cada vez mais jovens. No Alto Jequitinhonha, ao contrário, a vulnerabilidade é maior na faixa etária de 25 a 29 anos, mostrando que a vitimização pode ter causas e dinâmicas distintas nesse território. Por fim, a análise por raça / cor permite visualizar que o risco de morte por homicídio de adolescentes e jovens também apresenta suas particularidades, apresentando, muitas vezes, dinâmicas territoriais distintas daquelas observadas quando se analisa apenas a variável faixa etária. Em especial, os negros encontram-se sobre representados nas faixas etárias de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos na maioria dos territórios do Estado.

A política reativa à criminalidade está atenta aos chamados pontos quentes de ocorrência dos homicídios e dos crimes contra o patrimônio. No entanto, pensar políticas de prevenção demanda uma análise da vitimização por homicídio, pelo local de residência, que permitirá entender por que dados segmentos da juventude, habitando localidades específicas, estão, crescentemente, tornando-se vulneráveis mais cedo a serem mortos por homicídio. Esta é uma agenda importante para as políticas de prevenção: compreender que fatores determinam as diferentes tendências de vitimização pela violência legal, que acomete principalmente a juventude de Minas Gerais.

Referências

- ANDRADE, Luciana Teixeira de; DINIZ, Alexandre Magno Alves. A reorganização espacial dos homicídios no Brasil e a tese da interiorização. *Rev. bras. estud. popul.*, São Paulo, v. 30, supl. p. S171-S191, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982013000400011&lng=en&nrm=iso>. Acessado em setembro 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982013000400011>.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM)**. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/svs/mortalidade>>. Acesso em: 19 set. 2016.
- CAMPOS-SILVA, Tiago; OLIVEIRA, Ronaldo Coimbra de; ABREU, Daisy Maria Xavier de. Análise da qualidade das informações sobre a mortalidade por causas externas em Minas Gerais, 1997 a 2005. *Cad. Saúde Colet.*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 371-379, 2010.
- CANO, Ignacio; SANTOS, Nilton. **Violência letal, renda e desigualdade no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.
- CASTRO, Mônica S. Monteiro de; ASSUNÇÃO, Renato M.; DURANTE, Marcelo Ottoni. Comparação de dados sobre homicídios entre dois sistemas de informação, Minas Gerais. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 168-76, 2003.
- CAVALINI, Luciana Tricai; PONCE DE LEON, A. C. M. Correção de sub-registros de óbitos e proporção de internações por causas mal definidas. *Rev. Saúde Pública*, v. 41, n. 1, p. 85-93, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v41n1/13.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2016.
- CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro et al. A singular dinâmica territorial dos homicídios no Brasil nos anos 2000. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APlicada (IPEA). **Brasil em desenvolvimento 2013: estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2013. v. 3, cap. 29, p.877-898. Disponível em: <http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/131220_crime_bd.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2016.
- CERQUEIRA, Daniel; MOURA, Rodrigo Leandro de. Efeito da mudança demográfica sobre a taxa de homicídios no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 42, 2014, Natal (RN). **Anais...** Niterói (RJ): Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia (ANPEC), 2014. Disponível em: <https://scholar.google.com.co/scholar?q=EFEITO+DA+MUDAN%C3%87ADEMOGR%C3%81FICA+SOBRE+A+TAXA+DE+HOMIC%C3%88DIOS+NO+BRASIL&btnG=&hl=es&as_sdt=0%2C5>. Acesso em: 07 jan. 2016.
- CRUZ, Oswaldo Gonçalves. **Homicídios no Estado do Rio de Janeiro**: análise da distribuição espacial e sua evolução. 1996. Dissertação de Mestrado – Departamento de Epidemiologia, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- DUARTE, Elisabeth Carmen et al. Associação ecológica entre características dos municípios e o risco de homicídios em homens adultos de 20-39 anos de idade no Brasil, 1999-2010. *Cienc. Saúde Colet.*, v. 17, n. 9, p. 2259-68, 2012. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/csc/v17n9/a08v17n9.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2016.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Núcleo de Estudos em Segurança Pública; MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Defesa Social. **Anuário de Informações Criminais de Minas Gerais**. Belo Horizonte: FJP, ANO 2010.
- JESUS, Tânia de; MOTA, Eduardo. Fatores associados à subnotificação de causas violentas de óbito. *Cad. Saúde Colet.*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p.361-370, 2010.

Disponível em: <http://www.cadernos.iesc.ufrj.br/cadernos/images/csc/2010_3/artigos/CSCv18n3_pag361-70.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2016.

LIMA, E. E. C.; QUEIROZ, Bernardo Lanza. A evolução do sub-registro de mortes e causas de óbitos mal definidas em Minas Gerais: diferenciais regionais. *R. bras. Est. Pop.*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 303-320, jul./dez., 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0102-30982011000200004&lng=en&nrm=iso&tlang=pt>. Acesso em: 07 jan. 2016.

LOZADA, Elizabeth Mitiko Konno de et al. Informações sobre mortalidade por causas externas e eventos de intenção indeterminada, Paraná, Brasil, 1979 a 2005. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 223-228, jan. 2009 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2009000100024&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 jan. 2016.

LOZANO, Renato A. La Carga de la enfermedad y las lesiones por violencia contra las mujeres: el caso de la ciudad de México. Fundación Mexicana para la Salud. Centro de Economía y Salud. México, 1997.

MELLO JORGE, M.H.P. Como morrem nossos jovens. In: Comissão Nacional de População de Desenvolvimento (CNPD). *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998.

NJALINE, K.; REIS, A. C. Qualidade da informação sobre acidentes e violências. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. cap. 10.

RAMOS de SOUZA et. al. Qualidade da informação sobre violência: um caminho para a construção da cidadania. In: INFORMARE: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, jan/jun, 1996.

RESENDE, Guilherme Mendes et al. Evolução recente da violência nos municípios brasileiros. In: CARVALHO, Alexandre Xavier Ywata et al. (org.). *Dinâmica dos municípios*. Brasília: IPEA, 2007. cap. 6, p. 209-243.

SHRYOCK, H. S., SIEGEL, J. S. (1980) *The methods and materials of demography*. Washington, D.C.: Bureau of the Census, U.S. Government Printing Office.

SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S. Mortalidade de jovens de 15 a 29 anos por violências e acidentes no Brasil: situação atual, tendências e perspectivas. In: REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÕES PARA A SAÚDE. *Demografia e saúde: contribuição para análise de situação e tendências*. Brasília: OPAS, 2009. p. 113-142.

SUTILE, Viviane Maria et al. Análise da qualidade das informações sobre a morbidade e mortalidade por causas externas no brasil – uma revisão de literatura. Disponível em: <http://www imap.curitiba.pr.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/2012_analise_da_qualidade_das_inofrmacoes_sobre_morbidade_e_mortalidade_por_causasExternas.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2016.

VIEGAS, Bruno Figueiredo. Análise comparativa de registros de homicídios dolosos consumados na região metropolitana de Belo Horizonte, entre 2008 e 2010. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18, 2012, Águas de Lindóia/SP. Anais...Campinas: ABEP, 2012. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/POSTER\[713\].pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/POSTER[713].pdf)>. Acesso em: set. 2016.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil*. Brasília: Instituto Sangari, 2012.

Mapa da violência 2013: mortes matadas por armas de fogo. Rio de Janeiro:
CEBELA, 2015.